

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA (MJSP) POLÍCIA FEDERAL

CARGO 1: DELEGADO DE POLÍCIA FEDERAL

Prova Discursiva – Questão 1

Aplicação: 27/07/2025

PADRÃO DE RESPOSTA

Conforme a definição adotada pelo STF, ato de improbidade administrativa é **(i)** um ato ilícito de natureza civil, **(ii)** qualificado — “ilegalidade qualificada pela prática de corrupção” —, **(iii)** cuja consumação exige desvio de conduta do agente público, devidamente tipificado em lei, o qual, no exercício indevido de suas funções, afasta-se dos “padrões éticos e morais da sociedade” (RE 843.989).

A partir dessa punição mais severa no campo civil, **(iv)** os atos de improbidade administrativa, à luz da redação originária da Lei n.º 8.429/1992, admitiam tanto a modalidade dolosa quanto a culposa, no tocante àqueles atos que implicassem lesão ao erário. No entanto, **(v)** com a alteração promovida pela Lei n.º 14.230/2021, esta última modalidade foi revogada — art. 5.º e alteração do art. 10 —, de modo que se tornaram passíveis de responsabilização apenas os atos dolosos. Mais recentemente, no julgamento do Tema n.º 309 de repercussão geral, **(vi)** o STF proclamou a inconstitucionalidade da modalidade culposa, **(vii)** sob o fundamento de que o ato de improbidade administrativa pressupõe o agir com desonestidade (má-fé).

Nesse contexto, conforme entendimento do STF no Tema n.º 1.199 de repercussão geral, **(viii)** o princípio da retroatividade da lei penal, consagrado no texto constitucional, não tem aplicação automática para a responsabilidade por atos ilícitos civis de improbidade administrativa, por ausência de expressa previsão legal, sob pena de desrespeito e enfraquecimento do direito administrativo sancionador. Como regra, **(ix)** o direito administrativo sancionador orienta-se pelo princípio do *tempus regit actum*, não retroagindo para alcançar condenações transitadas em julgado.

Por fim, segundo tese do STF firmada no Tema n.º 897 de repercussão geral, **(x)** são “imprescritíveis as ações de ressarcimento ao erário fundadas na prática de ato doloso tipificado na Lei de Improbidade Administrativa”. **(xi)** O STF decidiu pela prescritibilidade das ações de improbidade administrativa fundadas em atos culposos.

QUESITOS AVALIADOS

Quesito 2.1 – Natureza do ato de improbidade

Conceito 0 – Não atendeu ao quesito ou o fez de forma totalmente equivocada.

Conceito 1 – Mencionou corretamente apenas um dos aspectos de (i) a (iii) destacados no padrão de resposta.

Conceito 2 – Mencionou corretamente apenas dois dos aspectos de (i) a (iii) destacados no padrão de resposta.

Conceito 3 – Mencionou corretamente todos os aspectos de (i) a (iii) destacados no padrão de resposta.

Quesito 2.2 – Evolução da legislação e da jurisprudência do STF acerca das modalidades do ato de improbidade

Conceito 0 – Não atendeu ao quesito ou o fez de forma totalmente equivocada.

Conceito 1 – Mencionou corretamente apenas um dos aspectos de (iv) a (vii) destacados no padrão de resposta.

Conceito 2 – Mencionou corretamente apenas dois dos aspectos de (iv) a (vii) destacados no padrão de resposta.

Conceito 3 – Mencionou corretamente apenas três dos aspectos de (iv) a (vii) destacados no padrão de resposta.

Conceito 4 – Mencionou corretamente todos os aspectos de (iv) a (vii) destacados no padrão de resposta.

Quesito 2.3 – Irretroatividade da Lei de Improbidade Administrativa

Conceito 0 – Não atendeu ao quesito ou o fez de forma totalmente equivocada.

Conceito 1 – Mencionou corretamente apenas um dos aspectos (viii) ou (ix) destacados no padrão de resposta.

Conceito 2 – Mencionou corretamente os aspectos (viii) e (ix) destacados no padrão de resposta.

Quesito 2.4 – Prescritibilidade das ações de ressarcimento ao erário

Conceito 0 – Não atendeu ao quesito ou o fez de forma totalmente equivocada.

Conceito 1 – Mencionou corretamente apenas um dos aspectos (x) ou (xi) destacados no padrão de resposta.

Conceito 2 – Mencionou corretamente os aspectos (x) e (xi) destacados no padrão de resposta.

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA (MJSP) POLÍCIA FEDERAL

CARGO 1: DELEGADO DE POLÍCIA FEDERAL

Prova Discursiva – Questão 2

Aplicação: 27/07/2025

PADRÃO DE RESPOSTA

Prevista no *caput* do art. 53 da Constituição Federal (CF), a imunidade material impede a responsabilização penal e cível de deputados federais e senadores por suas opiniões, suas palavras e seus votos, desde que estejam no exercício das funções parlamentares.

Quanto ao foro especial por prerrogativa de função, nos termos do § 1.º do art. 53 da CF, os congressistas, desde a expedição do diploma, serão submetidos a julgamento perante o STF, visando-se garantir o exercício do cargo ou mandato, e não a proteção de quem o exerce.

Já a imunidade formal referente à prisão, que está prevista no § 2.º do art. 53 da CF, impede, desde a expedição do diploma, que o parlamentar federal seja preso, salvo em flagrante pela prática de crime inafiançável. Nessa hipótese excepcional de prisão, os autos deverão ser encaminhados, em 24 horas, à Câmara dos Deputados ou ao Senado Federal, conforme o caso, para que, pelo voto aberto da maioria de seus membros, a Casa decida se a prisão será mantida ou não.

Por sua vez, a imunidade formal quanto ao processo, conforme o disposto nos §§ 3.º a 5.º do art. 53 da CF, estabelece que, recebida a denúncia contra senador ou deputado federal por crime ocorrido após a diplomação, o STF dará ciência à Casa respectiva, que, por iniciativa de partido político nela representado e pelo voto aberto da maioria de seus membros, poderá, até a decisão final, sustar o andamento da ação. Frisa-se que esse pedido de sustação será apreciado pela Casa respectiva no prazo improrrogável de 45 dias do seu recebimento pela Mesa Diretora. Por fim, a sustação do processo suspende a prescrição, enquanto durar o mandato.

QUESITOS AVALIADOS

Quesito 2.1 – Imunidade material dos parlamentares federais

Conceito 0 – Não abordou o quesito ou o fez de forma completamente equivocada.

Conceito 1 – Mencionou corretamente apenas um dos três elementos essenciais da resposta: (i) impossibilidade de responsabilização penal e civil; (ii) opiniões, palavras e votos; e (iii) exercício das funções parlamentares.

Conceito 2 – Mencionou corretamente apenas dois dos três elementos essenciais da resposta.

Conceito 3 – Mencionou corretamente os três elementos essenciais da resposta.

Quesito 2.2 – Imunidade formal relativa ao foro por prerrogativa de função

Conceito 0 – Não abordou o quesito ou o fez de forma completamente equivocada.

Conceito 1 – Mencionou corretamente apenas um dos seguintes elementos essenciais da resposta: (i) marco temporal – desde a expedição do diploma/diplomação; (ii) julgamento perante o STF; e (iii) objetivo de proteger o cargo e ou mandato, e não quem o exerce.

Conceito 2 – Mencionou corretamente apenas dois dos três elementos essenciais da resposta.

Conceito 3 – Mencionou corretamente os três elementos essenciais da resposta.

Quesito 2.3 – Imunidade formal relativa à prisão

Conceito 0 – Não abordou o quesito ou o fez de forma completamente equivocada.

Conceito 1 – Mencionou corretamente apenas um dos seis elementos essenciais da resposta: (i) impeditivo da prisão; (ii) marco temporal – desde a expedição do diploma/diplomação; (iii) ressalva do flagrante em crime inafiançável; (iv) remessa dos autos em 24 horas; (v) voto aberto; e (vi) voto da maioria absoluta dos seus membros.

Conceito 2 – Mencionou corretamente apenas dois dos seis elementos essenciais da resposta.

Conceito 3 – Mencionou corretamente apenas três dos seis elementos essenciais da resposta.

Conceito 4 – Mencionou corretamente apenas quatro dos seis elementos essenciais da resposta.

Conceito 5 – Mencionou corretamente cinco ou mais dos elementos essenciais da resposta.

Quesito 2.4 – Imunidade formal relativa ao processo

Conceito 0 – Não abordou o quesito ou o fez de forma completamente equivocada.

Conceito 1 – Mencionou corretamente apenas um ou dois dos nove elementos essenciais da resposta: (i) recebimento da denúncia; (ii) cometimento do crime após a expedição do diploma/diplomação; (iii) ciência do STF à Casa; (iv) iniciativa de

partido político nela representado; **(v)** voto aberto; **(vi)** votação da maioria absoluta dos seus membros; **(vii)** possibilidade de sustar o andamento da ação até a decisão final; **(viii)** prazo improrrogável de 45 dias; e **(ix)** suspensão da prescrição.

Conceito 2 – Mencionou corretamente apenas três ou quatro dos nove elementos essenciais da resposta.

Conceito 3 – Mencionou corretamente apenas cinco ou seis dos nove elementos essenciais da resposta.

Conceito 4 – Mencionou corretamente sete ou mais dos elementos essenciais da resposta.

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA (MJSP) POLÍCIA FEDERAL

CARGO 1: DELEGADO DE POLÍCIA FEDERAL

Prova Discursiva – Questão 3

Aplicação: 27/07/2025

PADRÃO DE RESPOSTA

A conduta de o servidor público federal atestar falsamente a regularidade de execução de obras públicas e, com isso, possibilitar o pagamento integral à empresa contratada, em troca de vantagem indevida, configura o crime de corrupção passiva, previsto no art. 317 do Código Penal (CP). Trata-se de vantagem recebida em razão da função, vinculada a um ato administrativo praticado de forma contrária ao dever funcional, o que atrai a causa de aumento de pena prevista no § 1.º do art. 317 do CP. Mesmo que não tenha havido prejuízo direto ao erário, a prática do ato funcional em troca de vantagem indevida consuma o delito, de natureza formal. O dolo específico se caracteriza pela intenção de obter vantagem indevida em razão do cargo, nos termos da tipicidade subjetiva exigida pelo art. 317 do CP.

O terceiro que consente no uso de sua conta bancária para o recebimento de valores que sabe serem oriundos de vantagem indevida vinculada à função pública do servidor pode ser responsabilizado como partícipe do crime de corrupção passiva, nos termos do art. 29 do CP. Segundo o STJ, embora o art. 317 do CP exija a qualidade de funcionário público, essa condição é elementar do tipo e se comunica ao partícipe, desde que ele tenha ciência de tal circunstância (CP, art. 30). Além disso, a doutrina e a jurisprudência reconhecem que o crime pode ser praticado direta ou indiretamente, ou seja, por meio de interpostas pessoas, o que não descaracteriza a responsabilidade penal daquele que colabora dolosamente com o recebimento da propina.

QUESITOS AVALIADOS

Quesito 2.1 – Enquadramento da conduta do servidor público como corrupção passiva, com causa de aumento de pena

Conceito 0 – Não abordou o crime de corrupção passiva.

Conceito 1 – Mencionou o crime de corrupção passiva, porém não justificou, ou o fez incorretamente, e não tratou da existência de causa de aumento de pena.

Conceito 2 – Mencionou o crime de corrupção passiva e abordou, corretamente, apenas um dos seguintes aspectos: (i) natureza formal do crime; (ii) dolo específico; (iii) vinculação entre o recebimento da vantagem indevida e a prática do ato funcional; (iv) causa de aumento de pena (§ 1.º do art. 317 do CP).

Conceito 3 – Mencionou o crime de corrupção passiva e abordou, corretamente, apenas dois dos aspectos citados.

Conceito 4 – Mencionou o crime de corrupção passiva e abordou, corretamente, apenas três dos aspectos citados.

Conceito 5 – Mencionou o crime de corrupção passiva e abordou, corretamente, os quatro aspectos citados.

Quesito 2.2 – Responsabilidade penal do terceiro como partícipe

Conceito 0 – Não abordou a responsabilidade penal do terceiro ou a negou.

Conceito 1 – Mencionou, genericamente, a possibilidade de punição do terceiro, sem indicar a forma (autoria ou participação) e sem abordar os fundamentos legais.

Conceito 2 – Mencionou a responsabilidade penal do terceiro como partícipe, mas não justificou ou o fez incorretamente.

Conceito 3 – Mencionou a responsabilidade penal do terceiro como partícipe e abordou, corretamente, apenas um dos seguintes aspectos: (i) comunicabilidade da elementar funcional (art. 30 do CP); (ii) entendimento consolidado do STJ sobre a participação dolosa de particular em crime funcional.

Conceito 4 – Mencionou a responsabilidade penal do terceiro como partícipe e abordou, corretamente, os dois aspectos citados.

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA (MJSP) POLÍCIA FEDERAL

CARGO 1: DELEGADO DE POLÍCIA FEDERAL

Prova Discursiva – Peça Profissional

Aplicação: 27/07/2025

PADRÃO DE RESPOSTA

O candidato deverá elaborar despacho de auto de prisão em flagrante delito, com introdução, fundamentação jurídica e providências legais.

Dos fundamentos jurídicos da prisão em flagrante delito

Deverá o candidato apontar que se trata de um auto de prisão em flagrante delito, considerando as diretrizes do Sistema Nacional de Políticas Públicas sobre Drogas (SISNAD), instituído pela Lei n.º 11.343/2006, em especial o disposto no artigo 33 do citado diploma legal, que prevê expressamente como crime, entre outras condutas, o transporte de drogas, sem autorização ou em desacordo com a determinação legal ou regulamentar. A materialidade do crime de tráfico de drogas resta devidamente comprovada pelo laudo pericial, na forma do artigo 50, § 1.º, da Lei n.º 11.343/2006, que confirmou a natureza e a qualidade ilícita do entorpecente do tipo cloridrato de cocaína, arrecadado em um compartimento falso no interior do veículo de transporte. A seu turno, a autoria delitiva encontra-se plenamente delineada, na medida em que o indiciado, José, de forma livre e consciente, realizava o transporte ilegal de material entorpecente, sem autorização e em desacordo com a legislação vigente. Com efeito, a realização de transporte ilegal de material entorpecente, em nível interestadual, constitui elemento de maior reprovabilidade penal, caracterizando-se hipótese de aumento de pena, na forma do artigo 40, inciso V, da Lei n.º 11.343/2006. Do acurado exame das circunstâncias fático-jurídicas ora noticiadas, resta cristalino que o indiciado, José, ao ter sido capturado durante o transporte interestadual de material entorpecente, incorreu em conduta desviante, prevista nos moldes dos artigos 33 e 40, inciso V, da Lei n.º 11.343/2006, uma vez caracterizada a injusta ofensa à saúde pública, bem jurídico tutelado pela legislação especializada. Por derradeiro, o estado flagrancial, na esteira do preconizado pelo artigo 302, inciso I, do Código de Processo Penal, autoriza a imediata medida de detenção do indiciado, José, porquanto sua captura foi deflagrada no momento de execução dos atos criminosos, materializando-se a autoria e a materialidade, exigidas pelo legislador nos termos da norma regencial.

Das providências legais do auto de prisão em flagrante

Deverá o candidato determinar as providências legais do auto de prisão em flagrante, considerando homologada a prisão flagrancial do indiciado por conduta penal prevista nos artigos 33 e 40, inciso V, da Lei n.º 11.343/2006. Tais providências consistem em: expedição de nota de culpa ao indiciado por conduta penal prevista nos artigos 33 e 40, inciso V, da Lei n.º 11.343/2006, com a identificação dos condutores (João, Paulo e Maria) e das testemunhas responsáveis pela prisão, na forma do artigo 306, § 2.º, do Código de Processo Penal; ciência ao indiciado de suas garantias constitucionais, em especial, assistência familiar e advogado, direito ao silêncio, integridade física e moral, na forma do artigo 5.º, incisos XLIX e LXII, da Constituição Federal de 1988; comunicação, em até 24 horas, da prisão em estado flagrancial do indiciado à autoridade judiciária competente, ao membro do Ministério Público com atribuição e, caso não seja informado advogado, ao membro da Defensoria Pública com atribuição, na forma do artigo 306, § 1.º, do Código de Processo Penal; registro expresso de informação sobre a existência de filhos menores, com as respectivas idades e o contato do responsável pelo seu cuidado, conforme indicado pelo indiciado, na forma do artigo 304, § 4.º, do Código de Processo Penal; e, por fim, providência, no prazo de 15 dias, após a certificação do laudo de constatação do material entorpecente pelo competente juízo, da destruição das drogas, na presença do membro do Ministério Público e de autoridade sanitária, na forma do artigo 50, § 4.º, da Lei n.º 11.343/2006.

QUESITOS AVALIADOS

Quesito 2.1 – Estrutura da peça

Conceito 0 – Não apresentou auto de prisão em flagrante delito.

Conceito 1 – Identificou a peça como auto de prisão em flagrante delito, mas não a estruturou como tal.

Conceito 2 – Identificou a peça como auto de prisão em flagrante delito e incluiu, corretamente, apenas parte de seus elementos essenciais (introdução, fundamentação jurídica ou providências legais).

Conceito 3 – Identificou a peça como auto de prisão em flagrante delito e incluiu, corretamente, todos os seus elementos essenciais (introdução, fundamentação jurídica e providências legais).

Quesito 2.2 – Fundamentos jurídicos da prisão em flagrante delito

Conceito 0 – Não abordou nenhum dos fundamentos jurídicos da prisão em flagrante delito ou o fez incorretamente.

Conceito 1 – Abordou, corretamente, apenas um dos seguintes fundamentos: (i) crime de tráfico de drogas; (ii) materialidade do crime; (iii) autoria; (iv) causa de aumento de pena; e (v) prisão flagrancial (art. 302, inciso I, do CPP).

Conceito 2 – Abordou, corretamente, apenas dois dos fundamentos citados.

Conceito 3 – Abordou, corretamente, apenas três dos fundamentos citados.

Conceito 4 – Abordou, corretamente, apenas quatro dos fundamentos citados.

Conceito 5 – Abordou, corretamente, os cinco fundamentos citados.

Quesito 2.3 – Providências legais do auto de prisão em flagrante

Conceito 0 – Não abordou nenhuma providência legal do auto de prisão em flagrante delito ou o fez incorretamente.

Conceito 1 – Determinou, corretamente, apenas uma das seguintes providências: (i) nota de culpa; (ii) identificação dos condutores da prisão e das testemunhas; (iii) garantia constitucional de assistência familiar; (iv) garantia constitucional de assistência de advogado; (v) garantia constitucional de direito ao silêncio; (vi) garantia constitucional de respeito à integridade física e moral; (vii) comunicação, em até 24 horas, da autoridade judiciária; (viii) comunicação ao Ministério Público; (ix) caso o autuado não informe advogado, encaminhamento de cópia integral para a Defensoria Pública; (x) registro da informação sobre existência de filhos menores e indicação do responsável pelo cuidado; e (xi) destruição da droga no prazo de 15 dias, na presença do Ministério Público e da autoridade sanitária.

Conceito 2 – Determinou, corretamente, de duas a quatro das providências citadas.

Conceito 3 – Determinou, corretamente, de cinco a seis das providências citadas.

Conceito 4 – Determinou, corretamente, de sete a nove das providências citadas.

Conceito 5 – Determinou, corretamente, de dez a onze das providências citadas.